

SOBRE MÚLTIPLOS SOFRIMENTOS: EXPERIÊNCIAS DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO NO PROGRAMA VILA VIVA-BH

Luana Dias Motta¹

RESUMO

Em 2004, a Prefeitura de Belo Horizonte inicia o *Programa Vila Viva, Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários*, um conjunto de ações integradas de urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária de vilas e favelas. O Programa propõe que as famílias removidas tenham três opções de reassentamento, sendo uma delas a mudança para apartamentos construídos na própria favela. A pesquisa desenvolvida no Aglomerado da Serra -BH teve como foco famílias reassentadas em apartamentos na própria favela de origem e como metodologia principal a história oral com entrevistas mistas, história de vida e temática. O objetivo deste texto é refletir sobre um dos temas centrais e recorrentes nos relatos: o sofrimento. Além de apresentar os relatos sobre o processo de remoção e reassentamento nos apartamentos – as injustiças, dificuldades, os problemas, as saudades, os gastos extras – busco refletir sobre a dimensão

1 Doutoranda em Sociologia da UFSCar; pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e do Núcleo de Pesquisas Urbanas NaMargem. No momento de desenvolvimento da pesquisa apresenta neste artigo, era bolsista CAPES e integrante do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG). E-mail: luanadmotta@yahoo.com.br

estrutural do sofrimento que marca a vida dessas pessoas e como isto está relacionado à construção de uma justificativa para a violência e sofrimento decorrentes desse processo. A título de conclusão, discuto como o não reconhecimento do sofrimento sinaliza o não reconhecimento da humanidade do outro.

Palavras-chave: Vila Viva; favelas; remoção; sofrimento social

ON MULTIPLES SUFFERINGS: EXPERIENCES OF REMOVAL AND RESETTLEMENT IN THE VILA VIVA PROGRAMME-BH

ABSTRACT

In 2004, the municipal administration of Belo Horizonte launched the Vila Viva Program, a set of integrated actions aiming at the urbanization, social development and regularization of favelas. The Programme The program proposes for the removed families three options for resettlement, one of them being the move to apartments built in the favela itself. The research developed in the Aglomerado da Serra - BH focused on families resettled in apartments in the favela and the methodology was mixed interviews, history of lifes and thematic. The purpose of this paper is to reflect on one central and recurrent themes in the interview: suffering. In addition to presenting the reports about the process of removal and resettlement in the apartments - injustices, difficulties, problems, extra expenses - I try to reflect on the structural dimension of the suffering that marks their lives and how this is related to construction of a justification for the violence and suffering

of this process. As conclusion, I discuss how the non-recognition of suffering is a signals the non-recognition of the humanity of the other.

Keywords: Vila Viva; favelas; removal; social suffering

Introdução

No ano 2004, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte inicia o *Programa Vila Viva, Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários*, apresentando-o como uma solução inovadora e moderna para os problemas das vilas e favelas da cidade. O *Programa Vila Viva* consiste em um conjunto de ações integradas, direcionadas à urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária de vilas e favelas de Belo Horizonte, visando profundas transformações nos núcleos habitacionais onde é implementado.

Para os moradores das favelas, tais intervenções, muitas vezes, significam transformações profundas dos seus modos de ser, viver e se organizar socialmente. As obras relacionadas ao sistema viário, por exemplo, implicam o alargamento de vias já existentes (becos são transformados em ruas e avenidas) e na abertura de novas vias (criação de ruas e avenidas). Alterações semelhantes acontecem em decorrência das intervenções de saneamento básico, que, devido ao cercamento de córregos e à destruição de algumas “pontes” implicam o fechamento de alguns acessos. A criação de parques (locais destinados à preservação ambiental ou utilização coletiva) também isola áreas antes utilizadas para passagem, lazer ou alguma atividade econômica (hortas, plantas medicinais). As intervenções também implicam a retirada e a transferência de comércios e outros pontos de referência, como a quadra, o campinho de futebol, a igreja.

Mas, sem dúvida, um dos principais impactos causados pelo Vila Viva é a remoção de famílias, sendo que algumas sairão do Aglomerado e outras serão reassentadas em prédios no próprio local, mas geralmente distante

da rede de relação mais próxima de vizinhos e familiares, em um espaço completamente distinto. Diante dos baixos valores das indenizações e do desejo de muitos moradores de continuarem na favela de origem, devido à história que ali construíram, os apartamentos se tornam a única possibilidade de permanência no local.

Na tentativa de compreender o processo de remoção e reassentamento, foram realizadas entrevistas com moradores realocados em apartamentos construídos na própria favela, no âmbito do Vila Viva, no Aglomerado da Serra, uma das maiores favelas de Belo Horizonte, com 45.000 pessoas, localizada em uma das regiões nobres da cidade². Tendo em vista a riqueza e a complexidade dos relatos, lanço luz, neste texto, sobre um tema recorrente nas entrevistas e central em cada uma delas: o sofrimento. O esforço, portanto, é refletir sobre as diferentes formas como o sofrimento aparece nos relatos: relacionado à forma como o processo da remoção é conduzido pela prefeitura, às perdas materiais e afetivas, às dificuldades enfrentadas no novo espaço de moradia e à comparação entre o sofrimento desse processo com o sofrimento de “antigamente.

A noção de sofrimento social é mobiliza, portanto, para refletir sobre os múltiplos sofrimentos relatados e as articulações existentes entre eles. A aposta é de que a recorrência desse tema nos relatos sobre trajetórias de moradia e processos de remoção não é uma mera coincidência, mas sim, expressão de camadas de processos sociais que impõem a e expõem certos grupos sociais a situações de privação, violência, dor e sofrimento. É dessa

2 Para a pesquisa do mestrado, foram realizadas 20 entrevistas com moradores, predominantemente mulheres, removidos de suas casas e reassentados nos apartamentos no próprio Aglomerado da Serra, por meio da técnica da bola de neve, uma vez que cada morador entrevistado indicava um ou mais vizinhos. O objetivo das entrevistas não foi realizar um levantamento quantitativo e exaustivo sobre os reassentamentos nos apartamentos, mas sim compreender as experiências da mudança. Por isso, elas tiveram como tema central a trajetória de moradia ao longo da vida desses sujeitos, com ênfase no processo de remoção e reassentamento decorrentes do Vila Viva.

perspectiva que dialogo, ainda, com as discussões de Judith Butler (2006; 2011) acerca da noção de *vida precária* e de Veena Das (1998; 1999; 2008) sobre sofrimentos e margens. A intenção é iluminar os mecanismos através dos quais é possível não apenas impingir e expor ao sofrimento certos grupos, mas justificar e legitimar violências e a dor.

Para isso, o artigo está organizado da seguinte forma. Primeiro apresento brevemente o processo de constituição de um modelo de política urbana que culminou no Programa Vila Viva. Em seguida, trago relatos sobre o processo de implementação do programa, vis-à-vis as experiências das famílias removidas, mostrando como o tema do sofrimento, do sentimento de injustiça e da saudade marcam essas experiências. Além de trazer esses relatos de sofrimento, destaco como os moradores elaboram e explicam o fato do sofrimento, da dificuldade ser uma constante em suas vidas, o que fica evidente nas comparações e relações que fazem entre o sofrimento relacionado à remoção e o sofrimento de “antigamente”. No esforço de refletir sobre a recorrência deste tema nos relatos, dialogo com as discussões sobre sofrimento social, colocando em evidência a dimensão social e estrutural dessa exposição constante e permanente ao sofrimento. Procuro analisar como essa dimensão social e estrutural do sofrimento está associada a uma lógica que legitima o caráter violento de todos o processo de remoção. A título de conclusão, discuto como o não reconhecimento do sofrimento enquanto tal sinaliza o não reconhecimento da humanidade do outro.

1. Como se chega ao Vila Viva

A década de 1990 pode ser considerada o início da implantação de um novo modelo de intervenções em favelas na cidade de Belo Horizonte, aquele das *intervenções estruturais*, o qual viria a se consolidar nos anos 2000. Em 1993, a Prefeitura Municipal inicia uma experiência piloto na metodologia de intervenções estruturais em três assentamentos (vilas) da cidade: o

Programa Alvorada - Ações Integradas para Melhoria da Qualidade de Vida da População de Baixa Renda -, que propõe, como primeiro passo para as intervenções urbanas em áreas degradadas, a elaboração integrada e participativa de “um plano específico para definir e hierarquizar as ações a serem implementadas em cada favela” (BEDÊ, 2005, p. 181). No mesmo ano do fim do Programa Alvorada, 1996, é aprovado o Plano Diretor da cidade, que exigia a elaboração de um Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenções em Vilas e Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, mais conhecido como Planão, que pode ser considerado o primeiro levantamento feito pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) na perspectiva das intervenções de tipo estrutural (MOTTA, 2009).

Em 1997, a PBH instituiu o Plano Global Específico³ (PGE) como instrumento de política pública para vilas e favelas, tornando-o uma exigência “para aprovação de intervenções financiadas com recursos do Orçamento Participativo” (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, s.d, p. 3). A partir de então, as comunidades faveladas só poderiam reivindicar recursos e obras se tivesse um PGE referente à sua vila ou favela.

Para viabilizar a execução das intervenções previstas nesses planos, a PBH apresenta, em 2004, o *Programa Vila Viva - Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários*. O Programa consiste em um conjunto de ações integradas, direcionadas à urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária de vilas e favelas de Belo Horizonte, visando à promoção de profundas transformações nos núcleos habitacionais onde é implementado⁴.

3 O PGE é uma espécie de Plano Diretor de cada vila ou favela, que tem como objetivo principal a “consolidação dos assentamentos e a superação das fases de intervenção pontuais e desarticuladas” (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, s.d, p. 3).

4 “Através da implantação e melhoria de sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de consolidação geotécnica, de melhorias habitacionais, remoções e reassentamentos, de regularização fundiária até o nível da titulação (inclusive com reparcelamento do solo) e da promoção do desenvolvimento sócio-econômico das comunidades” (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, s.d, p. 4).

Parece fora de propósito problematizar o que foi, no momento de seu auge entre 2008 e 2013, o maior programa de urbanização de favelas do país e que atende a demandas históricas de movimentos urbanos de Belo Horizonte pelo direito à permanência nas favelas e acesso a serviços urbanos. Mas é justamente essa característica do Vila Viva – o reconhecimento do direito dos moradores de permanecerem na favela e a implementação de ações nessa direção – que merece uma reflexão mais atenta. Quais os seus significados? Que efeitos produzem sobre a vida das pessoas que vivem no lugar? Como essa intervenção é experienciada?

Com efeito, as intervenções do Vila Viva pretendem efetivar “transformações profundas” em vilas e favelas de Belo Horizonte. Para tanto, o Programa está dividido em três fases: a primeira é a fase de planejamento, que consiste na elaboração do próprio PGE. A segunda fase refere-se à execução das intervenções, ou seja, é a fase de implementação do PGE, que é subdividida em quatro partes, a saber: 1) elaboração de projetos executivos, 2) execução das obras apontadas no PGE e consolidadas no projeto executivo, 3) execução das ações de acompanhamento social e desenvolvimento comunitário e 4) regularização fundiária. A terceira e última etapa do Vila Viva é a do monitoramento, que visa à apropriação das obras e dos novos espaços pelos moradores.

É na segunda fase, a da execução das obras, que a dinâmica da vida cotidiana dos moradores começa a ser alterada. Para cada setor onde serão realizadas intervenções, a empresa de engenharia contratada elabora, a partir das propostas do PGE, o projeto de execução – que consiste no detalhamento dos elementos necessários à execução das obras por setor –, indicando também as remoções necessárias. Esse projeto é entregue, pela equipe de engenharia, à equipe técnica social, que inicia o trabalho social de remoção das famílias (comunicação da remoção, apresentação das opções de indenização, acompanhamento da mudança etc.). Assim, quem e o que será removido, bem como o prazo para que isso ocorra é estabelecido a partir de projetos e critérios de engenharia, ou seja, depois de definida a intervenção a ser feita, verifica-se o que precisará ser removido (MOTTA, 2013).

2. O Vila Viva chega ao local: o rumores, as remoções, as dores

Com exceção de uma moradora, Dona Joana, todos os moradores com os quais estabeleci contato durante a pesquisa foram removidos de suas casas e reassentados nos apartamentos. A grande maioria deles me disse que só ficou sabendo das intervenções do Vila Viva no Aglomerado da Serra quando foram informados que seriam retirados de suas casas; algumas famílias que haviam sido removidas antes do início do Programa por estarem em áreas de alto risco geológico e que esperavam uma definição da Prefeitura quanto ao reassentamento afirmaram que souberam do Programa apenas quando foram informadas que receberiam um apartamento (construído no âmbito do Programa) como indenização.

Alguns moradores relataram também que, no início dos anos 2000, especialmente depois das fortes chuvas no ano de 2002, antes da chegada da notícia de que seriam removidos (que vinha acompanhada de informações mais gerais sobre o Programa), ouviram rumores de que algumas áreas seriam completamente removidas, mas que não houve qualquer comunicação oficial, que só ocorria quando a família já estava na eminência de ser removida, como conta uma moradora:

Há muito tempo, eles iam na casa da gente para entrevistar, para fazer perguntas e falar que eles iam precisar acabar com... tinha a intenção de acabar com becos, com aglomerado, por causa de tráfico de drogas que é demais, então facilita muito mais se a polícia chegar e tal, e falaram. Só que não imaginava que ia ser uma coisa tão... essa varredura! Não esperava que fosse uma coisa tão séria e foi. [...] E através daí falou: "Gente, daqui um tempo aqui não vai ter mais casa nenhuma". A gente não estava acreditando que iria vim e ia ser uma coisa tão rápida, e foi. Eles avisaram assim... chamavam a gente nas reuniões e tal "dia X nós vamos na família tal" e ia na casa da gente. O dia que eles foram

lá em casa, foi prazo assim: “daqui a um mês nós vamos chegar lá para ver a divisória da sua casa, para ver como que vai ser” (Marisa, cerca de 45 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

A maior parte dos entrevistados afirmou não ter conhecimento do Programa, à época da primeiras intervenções, assim como desconheciam as obras previstas, quem seria removido, os prazos etc. Muitos disseram terem sido informados sobre as obras apenas quando a casa foi *selada* para a realização da avaliação e posterior remoção. Todo esse desconhecimento das intervenções previstas pelo Vila Viva evidencia como não há participação efetiva dos moradores. Mais do que não terem participado do processo de levantamento de dados e elaboração das propostas para o lugar onde vivem, os moradores não tinham conhecimento do processo de planejamento e de que ele deveria ter sido feito de forma participativa.

De maneira geral, após os primeiros rumores de que seriam removidos, os moradores recebiam a visita dos técnicos da URBEL, que os informavam que, devido às obras ou por estarem em área de risco, teriam de deixar suas casas. Alguns moradores disseram que, após essa reunião, aconteceu a *selação* da casa, enquanto outros disseram que a selagem precedeu a visita dos técnicos. A *selagem* é a identificação das casas a serem removidas com um número pintado na fachada ou no muro. A partir desse momento, a casa do morador se torna, para a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL)⁵, um número. A selagem da casa permite o *congelamento* da área (termo utilizado pelos técnicos), estratégia para facilitar a contagem dos

5 A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) é a autarquia municipal responsável pelas intervenções urbanas em vilas e favelas na cidade de Belo Horizonte.

domicílios a serem removidos e impedir intervenções posteriores à avaliação do imóvel⁶.

Fotos 1 e 2: Selagem das casas a serem demolidas



Fonte: <http://piseagrama.org/artigo/686/vila-viva-desentendimentos/> Acesso em: 23/12/2013

6 Uma vez selada a casa, não há possibilidade de reverter a situação de remoção, pois, caso o morador insista em permanecer, a Prefeitura declara a desapropriação da área por meio da expedição de um decreto, declarando a área em questão como de utilidade pública, o que permite que a polícia o retire os moradores, caso ainda haja resistência.

Manuela, uma moradora removida de sua casa, descreve esse processo de medição e selagem:

Eles deram uma semana para a gente sair de lá, uma semana. [...] Mediu, aí veio a demarcação da casa, números, colocam números. [...] Eles medem, depois eles colocam números em cada casa, cada casa ia sair por números. A minha irmã saiu primeiro, a casa dos fundos, saiu primeiro. Logo em seguida que minha irmã saiu, nós saímos na casa da frente. Minha outra irmã ficou nessa casa nos fundos, demorou uns 20 dias a um mês para ela sair de lá, ficou lá sozinha. E eles deram prazo de uma semana para procurar o aluguel. Quando eles foram demarcar, já falaram que a gente poderia procurar o aluguel o mais rápido possível, porque tinha que esvaziar a casa (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que estaria em área de risco).

Nos critérios para medições e avaliações das casas a serem removidas são consideradas apenas as benfeitorias, ou seja, a localização do terreno, o tempo de moradia e a forma de utilização do espaço são desconsiderados. O argumento para que, na avaliação das casas, sejam consideradas apenas as benfeitorias e não o tamanho do terreno e a sua localização é que os moradores não têm documentos que comprovem a posse da propriedade, por se tratar de áreas ocupadas ilegalmente, e que, por isso, os moradores não têm direito a uma avaliação do terreno.

No que tange aos critérios de avaliação das benfeitorias, a planilha *Cadastro Técnico das Benfeitorias*, utilizada pela URBEL, evidencia a concepção que norteia esse processo. Em primeiro lugar, cabe destacar que, além do endereço e do nome do proprietário, nos campos iniciais deve ser preenchido o número do selo, que identifica a casa na URBEL durante o processo

das medições até o reassentamento. A ficha técnica é composta pelos seguintes itens, a serem assinalados e/ou preenchidos pelos técnicos: infraestrutura (rede de esgoto, rede de água, rede de energia, pavimentação); regime de uso (residencial, comercial/serviços, institucional, misto); estado de conservação (bom, regular, ruim); localização do imóvel (bom, regular, ruim); tempo avaliado do imóvel (em anos); padrões (COPASA e CEMIG)⁷. Em seguida, há um quadro com a *descrição de padrão-construtivo*, onde serão detalhados os tipos de materiais e a quantidade de pisos, paredes, portas, janelas, forro etc. Após esse quadro, há outras informações a serem colhidas, como *instalações hidro-sanitárias, instalações elétricas e telefônicas, esquadrias de madeira, serralheria, urbanização/diversos e "muros"*⁸.

Os critérios e as concepções que norteiam as avaliações dos imóveis colocam problemas de duas ordens para as famílias a serem removidas. O primeiro se refere aos baixos valores das indenizações e às restrições das escolhas relativas ao reassentamento. A segunda questão concerne ao sofrimento imposto por um processo que reduz a casa, o lar, a história da família a *benfeitorias*.

No que tange aos problemas de reassentamento, segundo as informações oficiais, as opções dadas às famílias removidas são três: 1) Reassentamento autônomo, que consiste na indenização pelas benfeitorias realizadas na casa, ou seja, da qualidade e quantidade dos materiais utilizados na construção, mas ignora a localização do terreno e o tamanho da casa (o que deixa o valor da indenização muito baixo); 2) compra de uma casa pela prefeitura, à escolha da família, até R\$ 30.000,00 (valor vigente no ano de 2012), o que implicaria a saída da favela para alguma área da região metropolitana afastada do centro, pois com esse valor não era possível comprar um imóvel regularizado em Belo Horizonte; 3) um apartamento na

7 COPASA é a Companhia de Saneamento de Minas Gerais e CEMIG é a Companhia Energética de Minas Gerais.

8 A ficha de Cadastro técnico de benfeitorias foi obtida em Melo (2009).

favela de origem, construído no âmbito do Programa Vila Viva. Assim, apesar de existirem três opções para indenização, os critérios utilizados acabam por restringir a possibilidade de escolha dos moradores. O reassentamento autônomo (indenização em dinheiro), ao considerar só as benfeitorias, reduz as indenizações a valores muito baixos.

Entretanto, o processo de remoção implica, ainda, sofrimentos e perdas irreparáveis. Para a maioria das pessoas, a casa demolida não se reduzia ao material ou às benfeitorias; a casa carregava a história da família e da vizinhança, sendo uma espécie de materialização dessa história, pois era fruto de anos de sacrifício de toda a família, que investiu o pouco dinheiro que tinha e se privou de muitas coisas para construí-la, melhorá-la e expandi-la. Além disso, era o resultado do trabalho de autoconstrução nos finais de semana, junto com os vizinhos, e o lugar onde os filhos cresceram.

Uma moradora, que deixou sua casa devido à previsão da criação de uma área verde, associava a construção de sua casa ao suor de cada rua que varreu, ela era gari. A casa, então, não era apenas os tijolos, a qualidade das janelas e das portas e, por isso, era tão difícil deixá-la.

Tinha tanto pé de banana plantado, dava cada cacho desse tamanho, pé de laranja serra d'água, limão capeta dava cada um desse tamanho assim, sabe? O que me deu paixão foi isso, sabe... aliás, a casa também, porque a casa era muito bem construída, muito bem feita, toda de cerâmica, bonitinha, pintadinha... pra poder morar num **museu** deste [se referindo à casa onde mora atualmente], porque isso pra mim é um museu, em vista da minha casa, é um museu (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

A associação que Dona Joana faz da nova casa com um museu revela que ela considera a atual moradia algo velho e sem vida, em oposição à

antiga casa, que foi construída por ela, tinha o tamanho escolhido por ela, com a cerâmica que ela escolheu, com a cor que ela escolheu. Mas, como ficou evidente ao longo da entrevista, chamar a casa atual de museu expressava, sobretudo, como ela a achava sem vida, porque, como não tinha quintal, não era possível criar seus bichos, cultivar suas plantas, mas só guardar e juntar coisas dentro de casa, como ela destacou.

Além da especificidade da relação com o espaço da casa e do quintal, vale chamar a atenção para a importância da criação de animais (sobretudo porcos e galinhas), da horta e das árvores frutíferas para a subsistência dessas famílias, pois significavam gastos menores com a alimentação. A ida para o apartamento, além da saudade de cuidar da criação e das plantas, teve como consequência o aumento dos gastos com alimentação ou um prejuízo na dieta cotidiana.

Em alguns casos, a casa era o lugar da lembrança da família. Uma moradora, ao relembrar da sua trajetória de moradia, associava a casa de onde foi removida como o lugar onde viveu um período de relativa tranquilidade, após se separar do marido:

Eu morei com o pai dos meus meninos, eu morei quatorze anos, aqui em cima na Rua Chafariz. Aí a gente lá começou com um barraco de tábua; morei perto da minha sogra, minha sogra era caçadeira de briga demais, mas eu toda vida fui tranquila e calma, sempre aguentei. Aí a gente mudou aqui pra [rua] Flor de Maio, fiquei aqui uns meses com o pai dos meus meninos, a gente separou, ele infernizou muito minha vida, porque queria voltar, mas foi a justiça que tirou ele de dentro de casa, por conta de briga dele, batia nos meninos [filhos] também; aí tirou e a gente separou. Aí, da Flor de Maio eu fui lá pra baixo, perto da Rádio Favela, no Beco do Coelho. Aí eu morei uns nove anos nesse Beco do Coelho; mas eu já era sozinha, só com os meus meninos. Graças a Deus foi tudo tranquilo lá; a

gente sofreu muito [dificuldades financeiras] porque os meus meninos eram pequenos, mas não tinha confusão mais, briga dentro de casa, então foi mais tranquilo. Mas, mais bagunçado mesmo foi quando eu morava com ele, por conta de briga, batia, ele não gostava de trabalhar, ele não gosta até hoje, aí era muita confusão. Mas depois que eu separei dele, minha vida, graças a Deus, sempre foi tranquila, depois da separação (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

E prossegue o relato:

Aí, quando eu assustei, a Kombi da Prefeitura tava chegando pra levar a gente. Eu falei “eu não vou” [...] Eu falei “eu não vou pra abrigo não”. Aí ele [funcionário da Prefeitura] falou “se você não for, nós vamos pegar os meninos, na época já tinha os dois netos [...], “se você não for, a gente vai ser obrigada a pegar as crianças e levar pro Conselho Tutelar”, aí eu fiquei doida, falei “eu não tenho saída mais, não!”, perder os dois meninos, era só os dois, eu falei “Não! Eu não vou deixar levar...”; garrei nos meninos, minhas meninas não estavam em casa na hora, a mãe dos meninos... eu falei “eles não vão!”. Nisso, as minhas meninas chegaram, aí viu aquela bagunça de povo lá da Prefeitura, elas também ficaram nervosa na hora... Aí eu falei “eles tão aí pra levar a gente pro abrigo, ou se nós não formos, vai levar pro Conselho Tutelar os meninos. [...] Aí meu barracão ficava lá, todo dia eu vinha no meu barracão. Eu trabalhava aqui na Serra e eu vinha no meu barraco todo dia pra ver como é que tava. Eles rancaram porta, janela, fiação de luz, levaram tudo. [...] E as minhas coisas tudo lá dentro, aí eu fiquei doida. A gente saiu de lá dia 20

de... 20 de janeiro [de 2001] (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Por isso, a violência na condução do processo de retirada contribui para intensificar a dor da perda da casa, que não se restringe às perdas materiais, mas inclui, muitas vezes, a impossibilidade de dar continuidade à própria história, continuar normalmente a vida:

Eu saia lá do hotel [onde morou por nove meses depois que foi removida] e ia pra lá todos os domingos. Eu levava uma coisa de beber, assim um suco, e sentava debaixo de um pé de árvore, parece que eu tava doida na época... sentava no meio de um tanto de entulho, pegava muda de planta e plantava em outros lugares, tirava de um lugar e plantava no outro... Mas eu gosto de lá até hoje. [...] Tanto é que eu ia lá na Prefeitura ver foto da minha casa, toda torta, mas eu ia; chegava lá, enquanto eles não mostravam a foto que eles tiraram (porque eles, para demolir, tira foto) eu não ia embora; falava “não, eu tenho que ver a foto da minha casa, eu quero ver minha casa...” Ai... até pouco tempo eu ia na Prefeitura ver foto da minha casa torta (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A afirmação de Fátima- “parece que tava doida” - revela que sair de sua casa significou a perda de referências. Valêncio (2010) destaca, a respeito de mulheres que perderam suas casas devido a desastres, como a ida aos escombros é uma forma de estabelecer um diálogo com o passado. Nesse esforço de não se desconectar da história da família, o ato de pegar mudas e replantar em outros lugares parece sinalizar uma tentativa de não deixar

que as lembranças da casa e da família se percam e, assim, seja assegurada alguma referência para conseguir seguir adiante com sua vida, suportar a dor da perda.

Como afirma Santos (2007), “poderíamos falar do deslocamento compulsório em termos de uma relação de causalidade, que acaba por revelar as determinações desestruturadoras - irreversibilidade, compulsoriedade e imprevisibilidade - inerentes ao processo” (p. 262). São essas determinações desestruturadoras, que carregam como marca a violência e a objetificação de histórias, que estão na base do sofrimento e da saudade dessas pessoas.

Assim como é impossível, no processo de avaliação dos imóveis, quantificar e valorar a casa, também é impossível repor a relação e a história com os vizinhos. Uma moradora que perdeu os pais aos nove anos, em decorrência de um deslizamento de terra que soterrou sua casa, fala sobre a importância dos vizinhos e a dificuldade de deixá-los:

A vizinhança era muito boa, foi muito difícil pra gente sair de lá por causa disso, entendeu? A gente foi uma das primeiras [famílias] a sair de lá. Aí, ficou meus vizinhos todos, pessoas que a gente cresceu junto, as meninas... todo mundo lá, crescemos todo mundo junto. [...] Assim, são pessoas que tiveram no momento que a gente mais precisava, mais estava ali precisando de ajuda, como foi na época que meus pais morreram, meus irmãos também; são aquelas pessoas que estavam ali por perto. Então, foi muito difícil [mudar] por causa disso. (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A forma como são determinadas e conduzidas as remoções e indenizações mostra como o sofrimento é subsumido e transformado “em lista de coisas e bens materiais perdidos” (SANTOS, 2007, p. 260). Determinadas coisas não podem ser quantificadas e/ou monetarizadas, como a relação

de anos com vizinhos, que, ao serem inviabilizadas, levam à perda de referências culturais e simbólicas ligadas àquele espaço específico (ZHOURI & OLIVEIRA, 2005), além das perdas afetivas. Cabe mencionar que um dos argumentos centrais dos gestores públicos, técnicos e documentos da Prefeitura para a construção de conjuntos habitacionais dentro da própria favela é a possibilidade de as famílias removidas manterem suas relações e sua referência com a favela. Entretanto, os relatos sobre a perda da relação com os vizinhos, a saudade da casa demolida revela que o lugar de moradia para essas pessoas, entendido como *locus* de vivências e da história (ZHOURI; OLIVEIRA & MOTTA, 2012), não é a favela inteira, mas refere-se à casa e ao seu entorno mais imediato de vizinhos, com os quais estabeleceram relações de confiança e solidariedade, viram os filhos crescerem junto. Algumas famílias que moravam na parte do Aglomerado próxima ao Bairro Serra foram reassentadas na Rua São João, bem distante da área de origem. Isso evidencia o contraste entre a lógica na qual o poder público opera e a dos moradores. Enquanto o poder público tem como referência a favela como unidade administrativa, ou seja, um espaço abstrato - aquele dos mapas, planos e projetos -, os moradores têm como referência principal o espaço vivido - aquele criado e recriado cotidianamente, relacionado ao concreto (LEFEBREVE, 1999), aos significados e sentimentos atribuídos às relações que ali acontecem.

É nesse contexto que os moradores devem escolher entre as três opções de indenização. A maior parte deles tem o desejo de permanecer no local devido às facilidades e vantagens que a localização do Aglomerado oferece (principalmente por ser próximo ao centro da cidade), à relação e à história com o lugar e com as pessoas, ao conhecimento dos locais de serviço público (escolas, posto de saúde, Centro de Referência de Assistência Social etc.). Portanto, a combinação entre desejo de ficar na favela, indenizações baixas (apenas das benfeitorias), especulação imobiliária na favela devido às intervenções e exigência do Programa de Reassentamento Monitorado de que o imóvel a ser adquirido esteja em situação legal (o que exclui aqueles

localizados na favela) resulta em um cenário no qual os apartamentos se tornam a única chance de permanência no local, o que leva muitos moradores a “escolherem” morar nos conjuntos construídos na própria favela.

3. A ida para os apartamentos: os problemas continuam

Depois de um período de incerteza, uma vez que não há previsão para a mudança, as famílias recebem as chaves dos apartamentos⁹. Eles são entregues com piso e azulejo na cozinha e no banheiro e com as paredes pintadas de branco. Segundo relatos dos moradores do, de modo geral, a qualidade dos materiais utilizados, bem como a execução dos projetos, não era boa. Alguns tiveram problemas com as janelas, que eram apenas encaixadas e não presas às paredes; problemas com desnível do piso entre os cômodos também foram comuns. Outro problema bastante relatado refere-se ao sistema hidráulico, com a recorrência de entupimentos nos banheiros, na cozinha e na caixa de esgoto dos prédios. Ainda sobre os aspectos físicos, entrevistados que moravam nos prédios relataram problemas de estrutura, como trincas e rachaduras.

Outro tema bastante comum nos relatos remete à relação com os vizinhos e as dificuldades para divisão das contas comuns, limpeza e utilização das áreas comuns, barulho excessivo, além de disputas e brigas. Uma moradora contou que em seu prédio havia risco de corte da iluminação dos corredores e da entrada do prédio devido ao fato de muitos moradores não pagarem condomínio. Nesse mesmo prédio, havia dificuldades para

9 Alguns moradores relataram ter participado de reuniões promovidas pela prefeitura para “ensinar” a morar nos apartamentos. Antes desta pesquisa, no âmbito da minha pesquisa para monografia, acompanhei um grupo de técnicos que preparava famílias a serem removidas para o apartamentos em outra favela de Belo Horizonte, o Morro das Pedras, também no âmbito do Vila Viva. Ver Motta (2009)

manter a escada e a área externa limpas, porque nem todos ajudavam e alguns ainda jogavam lixo pelas janelas. Em outro prédio, os moradores enfrentavam problemas com um dos vizinhos devido ao fato de ele lavar o carro todos os finais de semana, durante horas, utilizando a água do prédio. Adicionalmente, ele também autorizava amigos que não moravam no prédio a fazerem o mesmo, fato que tornava mais cara a conta de água.

Além dos problemas relativos à estrutura física dos prédios e apartamentos, dos novos gastos impostos por essa nova forma de moradia e das dificuldades na relação com os vizinhos, a mudança para o apartamento - espaço distinto da casa ou do barraco - implicou muitas restrições e transformações na forma de vida cotidiana. O caso de três irmãs que foram removidas e reassentadas com seus 5 filhos (totalizando 8 pessoas) em um apartamento de cerca de 50 m² exemplifica como a mudança pode ser experienciada:

Olha, nós já não queríamos, nós não queríamos vir pra cá, não, foi difícil, ninguém quis. Minha filha teve síndrome do pânico e ninguém quis ficar aqui, não. A gente custou a acostumar aqui, porque a gente não conhecia ninguém. [...] Na casa que a gente morou lá em cima era mil vezes melhor, porque era bem mais espaçosa, terreiro e aquela coisa toda. Aqui, porque... chegamos, não conhecia ninguém, a gente já não queria ficar aqui, a gente estava muito acostumado com a casa lá em cima, os meninos [os filhos] também. Mas para acostumar foi difícil, pior ainda depois que a minha irmã foi embora... ela ficou uns seis meses aqui [no apartamento] e foi embora. Porque não tava dando, porque ela queria o espaço para as filhas dela, aquela coisa toda... Aí foi morar de aluguel [...] Eles não queriam muito, não; eles [os filhos crianças] choraram muito quando nós saímos da casa. Essa menina ali [uma criança de 5 anos] vivia pedindo pra gente voltar pra casinha dela. Até hoje a gente passa lá, a gente vê o

lugar onde foi a casa e ela fala “ali era onde eu morava, eu queria voltar pra minha casinha”. Quer dizer, eles sentem muita falta. (Manuela, 35 anos aproximados, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Para essa família, além da saudade dos vizinhos e da falta de ter um quintal, a mudança para o apartamento significou uma desestruturação das relações familiares, pois não foi possível acomodar todos membros no novo espaço de moradia.

4. O sofrimento de “antigamente”: a resiliência frente a uma vida de sofrimentos

É interessante notar que, além de marcar os relatos sobre o processo de remoção e reassentamento, o sofrimento era evocado para descrever as condições de “antigamente”, que se referia ao período anterior à década de 1990, antes do acesso aos serviços básicos, tempo em que não havia nenhuma infraestrutura, especialmente água encanada, o que os obrigava a acordar de madrugada para enfrentar filas nas bicas e carregar lata de água na cabeça¹⁰.

Dona Ruth: Mas aqui eu estou da maneira que você tá vendo. Lá na Rua da Água [local da antiga casa] eu sofri, mas sofri demais; nos aluguéis, eu sofriiii, mas sofri demais e eu tô sofrendo aqui. [...] Porque lá, quando chovia, era muito ruim, nosso Deus! Passava enxurrada

10 Os moradores não associavam a melhora das condições de vida ao início das intervenções do Vila Viva, mas a um processo mais amplo da melhoria da qualidade de vida dos pobres em geral, que teve início por volta de 2002/2003, por ocasião do primeiro governo Lula.

na porta da gente, tinha bicho, rato, entrava na casa da gente, aquela casa sem segurança, você tinha medo de cair qualquer hora com a chuva. Então, contratempo de chuva, essas coisas, a gente não tinha, não tinha, não (Dona Ruth, 72 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 50 anos, removida de sua casa para alargamento de rua).

Certamente, se, por um lado, os relatos sobre o sofrimento de “antigamente” - tempo em que não havia rede de esgoto nem luz, era preciso carregar água na cabeça, não subia ônibus, havia enchentes - eram uma forma de contrastar as antigas condições com as condições atuais, por outro, funcionavam como uma forma de dizer que, por mais que tivessem sofrido com o processo de mudança, esse sofrimento da remoção era menor que aquele de “antigamente”.

Por certo, não pretendo negar as melhorias objetivas nas condições de vida dos moradores de favelas e sugerir que as dificuldades de “antigamente” não impunham condições duras e difíceis para a sua sobrevivência; isso seria romantizar a pobreza e ignorar, afinal, os relatos dos próprios moradores. Além disso, não proponho entender o sofrimento relacionado à perda da casa e às mudanças na forma de morar como maior que as dificuldades pelas quais passaram “antigamente”. Não se trata aqui de hierarquizar sofrimentos. O que chama atenção nos relatos é a forma como os moradores articulam o sofrimento e as dificuldades de “antigamente” com o sofrimento atual de ter de deixar a casa e os vizinhos.

É como se, por estarem vivendo em condições melhores que as de “antigamente”, tivessem que transformar todas as rupturas e dificuldades atuais (inclusive o processo da remoção) em apenas mais um episódio de dificuldade e sofrimento, uma vez que já haviam passado por tantos outros. Desse modo, justificam o sofrimento que lhes foi imposto ao saírem de suas casas com a própria história de sofrimento ao longo de suas vidas (especialmente

“antigamente”), o que funciona como uma espécie de mecanismo de resiliência frente à imposição de situações de sofrimento e dificuldade e da exposição constante a elas. Como eles mesmos dizem, “eu já passei por coisa muito pior”, “eu não posso reclamar”; é como se já estivessem acostumados a sofrer ou como se o fato de já terem passado por sofrimento muito pior os habilitasse a sofrer mais, a serem sempre capazes de suportar mais sofrimento.

A história sobre a vizinhança, contada também por Dona Ruth, deixa claro como a superação da saudade parece se apresentar como um imperativo e a reclamação não ter lugar, não ser plausível:

Eu tinha vivência boa com eles [os vizinhos], graças a Deus. Tinha uma vivência muito boa com eles, eles me ajudavam, eles viam que eu era sozinha. Quando precisava de alguma coisa, que eu pedia, eles faziam pra mim; uma coisa pra consertar assim dentro de casa, fazia pra mim. Eles foram muito bom pra mim, os vizinhos foi **muito** bom lá na Rua da Água. [...] [Mas] a gente acostuma, a gente acostuma, né? A gente acostuma, você sabe que não vai ter jeito, tem que acostumar, né? Aí a gente acostuma. (Dona Ruth, 72 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 50 anos, removida de sua casa para alargamento de rua).

Quando se é excluído do acesso a direitos e a condições mínimas de vida (como aconteceu ao longo da vida dos moradores de favelas), sofre-se pelo risco e pela ameaça da morte biológica (por não ter o que comer, pelo fato de a água ser contaminada, pelo risco da casa desmoronar com a chuva). Quando se é incluído, continua-se a sofrer porque se perde a casa, a relação com os vizinhos, o modo de vida, mas também porque é preciso se adaptar a uma forma “correta” de morar no apartamento. Uma intervenção social que tem como objetivo melhorar as condições de vida e “aliviar o sofrimento dos sujeitos definidos como ‘vulneráveis’” (BRAZZABENI &

PUSSETTI, 2011, p. 2), como é o caso do Vila Viva, gera outros sofrimentos. É como se o sofrimento e a violência funcionassem como uma espécie de preço a ser pago para pertencerem à ordem social, atribuindo à dor uma alegada utilidade social (Idem).

Assim, “o sofrimento não entra no cotidiano das pessoas só por mero acaso, por contingências específicas da vida ou por existirem mecanismos objetivos de ‘disfunção social’” (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 5). O mal-estar e o sofrimento, nessa perspectiva, têm uma natureza social e política, uma vez que são impostos por causas externas, podendo, então, ser pensados como sofrimento social (SANTOS, 2007).

O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastadoras que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 4).

Entender a fala dos moradores sobre os sofrimentos e dificuldades ao longo da vida como sofrimento social nos permite perceber como esse processo de perpetuação do sofrimento é incorporado como constituinte de suas vidas, o que contribui para a possibilidade de aceitar ou se conformar com a violência e o sofrimento que marcam essas políticas.

De fato, a lógica do poder público contém uma violência que não se inicia no ato de remoção em si, mas antes, quando o discurso sobre os moradores

como sendo “removíveis” “adquire força, legitimidade e *status* de verdade, invisibilizando o arbítrio alheio sobre o seu próprio destino” (VALÊNCIO, 2010, p. 7). Nesse sentido, os técnicos, no acompanhamento dos moradores removidos, utilizam um discurso científico/técnico em contraposição às práticas culturais dos moradores, geralmente classificadas como irracionais, ignorantes (SIENA, 2010). É como se o poder político desaparecesse e fosse substituído pelo poder meramente administrativo e econômico, que age a partir de complexas técnicas para tornar a vida mais longa e feliz. “Não há decisões políticas ou debates possíveis quando os objetivos do biopoder são unânimes e os seus meios científicos” (OKSALA, 2010, p. 43), quais sejam: fazer viver, aumentar e melhorar a vida.

Desse modo, a lógica na qual o Programa se apoia “superficializa e esvazia as práticas sociais, destituindo-as de seu sentido” (VARGAS, 2006, p. 29); associam aos moradores imagens de carência de informação e, sobretudo, de formação, tentando, dessa forma, anular as suas formas de agir e de pensar (MOTTA, 2009). Para os técnicos, os moradores, ao serem removidos, perdem algumas coisas às quais eram apegados - o quintal, as relações de vizinhança e o ponto comercial - para ganhar outras mais importantes - a limpeza, a salubridade, a legalidade, um espaço supostamente mais organizado e ordenado em termos do aglomerado e da própria moradia.

Tecnologias de poder são mobilizadas com o objetivo de manejar e pacificar as populações das “margens”, seja através da força e da violência seja através da uma conversão (DAS & POOLLE, 2008). No caso em questão, mais do que legítima, a violência (ou a possibilidade dela) é considerada necessária; o Estado, em nome da garantia de direitos e da melhora da qualidade de vida (que, no caso em questão, trata-se de promoção e garantia da ordem urbana e prevenção contra os supostos riscos e ameaças da pobreza), fica autorizado a ser violento e arbitrário.

Estabelece-se, assim, uma dinâmica urbana que exige forças políticas institucionalizadas, caracterizadas pela violência e pelo controle social sobre o espaço da cidade, para realizar um “extermínio social homeopático

dos que ocupam o solo urbano em desajuste às exigências do mercado” (VALÊNCIO, 2010). É nesse sentido que a violência que marca o processo de remoção no âmbito do Vila Viva e o sofrimento dela decorrente se constituem como ações legítimas e necessárias.

Considerações finais: a dor como fronteira do humano

Como busquei apontar, se por um lado, a exposição sistemática ao sofrimento é justificada, por esse poder que deve “fazer viver”, como uma espécie de mal necessário para garantir e promover a ordem e defender a sociedade, por outro lado, o fato de esse sofrimento “passar por um processo que pretende apagá-lo, anulá-lo, enfim, torná-lo inaudível” (CARRETEIRO, 2003, p. 60), coloca a questão da indiferença frente à dor do outro.

Nessa direção, Veena Das (1998; 1999) retoma as discussões de Wittgenstein e Stanley Cavell sobre as formas de vida, para pensar a dor e o reconhecimento da dor do outro. Cavell sugere que a ideia de formas de vida, proposta por Wittgenstein, pode ser lida de duas maneiras, em dois sentidos: um horizontal e outro vertical. O primeiro está relacionado à noção de diversidade humana (refere-se ao fato das instituições sociais, como o casamento, por exemplo, variarem de uma sociedade para outra) e o segundo sentido, o vertical, marca o limite do que é considerado humano em uma sociedade e fornece os critérios aplicados aos outros. Das (1998; 1999) retoma tal discussão para pensar a violência e o sofrimento no processo de Partição da Índia e do Paquistão, apontando para o fato de que praticar a violência e causar a dor ao outro define os limites da própria vida, daquilo que é considerado humano e não humano; tem a ver com a classificação vertical das formas de vida. Nesse sentido, não reconhecer a dor de alguém que afirma que sente dor não é um fracasso intelectual ou uma impossibilidade da linguagem, mas um fracasso espiritual, na medida em que revela o não reconhecimento da humanidade deste outro (DAS, 1998).

Como afirma Butler (2011), a incapacidade de reconhecer a dor do “outro” diz de uma incapacidade de reconhecer e conferir humanidade a esse “outro”. “A insensibilidade humana à dor e ao sofrimento torna-se o mecanismo por meio do qual a desumanização se consoma” (Idem, p. 30). É importante destacar que esse não reconhecimento da dor do outro não ocorre da mesma forma em todos os grupos sociais. Ao contrário, há “formas diferenciais de reparo [da dor] que fazem com que algumas populações estejam mais expostas que outras a uma violência arbitrária” (BUTLER, 2006, p.15 *tradução nossa*). E a distribuição diferencial da dor revela qual classe de sujeitos tem sua dor reconhecida e, conseqüentemente, quem é humano e quem não é (BUTLER, 2006).

Políticas como o Vila Viva, assim como outras destinadas às populações pobres, parecem operar na mesma lógica que reifica a maior exposição desses grupos à dor e ao sofrimento, além de negar esses sentimentos como tais, ao defini-los como mal necessário ou atribuí-los à ignorância ou à falta de formação, como o fazem os técnicos no processo de remoção quando afirmam que os moradores, ao serem removidos, perdem algumas coisas para ganhar outras mais importantes. O pressuposto é que a produção de novos espaços com referência em outros padrões irá transformar e melhorar o modo de vida da população local (REBOUÇAS, 2000). Dessa forma, a garantia de direitos funciona como possibilidade de invisibilizar o sofrimento, silenciando-o.

Sem a capacidade para reconhecer a dor, perdemos a possibilidade de estabelecer laços com o Outro e nos opor à violência, pois, como sugere Butler (2006), só é possível apelar para um “nós” na medida em que reconhecemos a vulnerabilidade como algo ao qual todos estamos expostos em alguma medida, como o que nos constitui e nos liga enquanto humanos e nos permite elaborar de forma complexa o sentido de uma comunidade política.

Recebido em: 23 de mar. 2017

Aceito em: 29 de mai. 2017.

Referências

- BEDÊ, Mônica. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BRAZZABENI, Micol; PUSSETTI, Chiara. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, 2011. pp. 467-478.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- _____. Vida precária. **Contemporânea**, São Carlos, n.1, 2011. pp. 13-33.
- CARRETEIRO, Tania. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, 2003. pp. 57-72.
- DAS, Veena. Wittgenstein and anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 27, 1998. pp. 171-195.
- _____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, 1999. pp. 31-42.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n.27, 2008. pp.19-52
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Segurança, Território e População**: curso no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MAGALHÃES, Sônia. **Lamento e dor**: uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/ Université de Paris, 2007.
- MELO, Isabel. **Espaço da política e as políticas do espaço**: tensões entre o programa de urbanização de favelas “Vila Viva” e as práticas cotidianas no Aglomerado

da Serra em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOTTA, Luana. **A Normatização da Limpeza e da Beleza no Aglomerado do Morro das Pedras-BH**: estratégias legais, políticas e discursivas para implementação do Programa Vila Viva. 2009. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. **Sufrimento, responsabilização e desejo**: uma análise dos processos decorrentes das mudanças de moradia no âmbito do Programa Vila Viva-BH. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

OKSALA, Johanna. Violence and the Biopolitics of Modernity. **Foucault Studies**, n.10, 2010. pp.23-43.

PEREIRA, Claudius Vinícius; AFONSO, Andréa; MAGALHÃES, Maria Cristina. **Programa Vila Viva**: Intervenção estrutural em assentamentos precários. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=22546&chPlc=22546&termos=vila%20marcola> . Acesso em: 23/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Programa e Projeto Vila viva**. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=programaseprojetos&tax=12063&Lang=pt_BR&pg=6080&taxp=0&. Acesso em: 25/10/2016.

REBOUÇAS, L. M. **O Planejado e o Vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2000.

SIENA, Mariana. Remoção de famílias das áreas consideradas de risco: a técnica de fazer viver e deixar morrer. **Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2010. Disponível em: http://www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ANPOCS2010_Mariana_Siena.pdf. Acesso em: 10/08/2015.

URBEL. **Aglomerado da Serra**: relatório de Controle Ambiental (RCA). Belo Horizonte, 2004.

VALENCIO, Norma. Quem tem medo da remoção? a violência institucional contra moradores de 'áreas de risco'. **Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2010.

VARGAS, Maria Auxiliadora. **Construção social da moradia de risco**: trajetórias de despossessão e resistência - a experiência de Juiz de Fora/MG. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; SIANO, Doralice; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp.49-64

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; MOTTA, Luana. Deslocamentos múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares. **I Seminário Internacional Deslocamentos, Desigualdades, Direitos Humanos**, São Paulo, 2012. ●